

1                   **Ata da reunião extraordinária da Comissão Mista, que iniciou os trabalhos às 19**  
2 **horas do dia 27 de maio de 2024, no plenário denominado “Vereador Abílio Monte”, com vista à**  
3 **realização da audiência pública destinada à demonstração e avaliação do cumprimento das metas**  
4 **fiscais referentes ao 1º quadrimestre do exercício de 2024, nos termos da Constituição Federal e da**  
5 **Lei de Responsabilidade Fiscal.**

6  
7                   **Presidente da Audiência: vereador Washington Bortolossi**

8  
9                   Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, a Comissão Mista,  
10 que é composta pelos membros da Comissão de Economia e Finanças e também de Justiça e Redação da  
11 Câmara Municipal de Itatiba (SP), realizou a Audiência Pública destinada à demonstração e avaliação das  
12 metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre do exercício de dois mil e vinte e quatro, conforme dispõe  
13 o parágrafo 4º do artigo 9º e também o inciso I do parágrafo 1º do artigo 48 da Lei Complementar Federal  
14 nº 101, de 4 de maio de 2000, que é conhecida oficialmente como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

15                   Os vereadores Luciana Bernardo da Silva e Fernando Cecon Junior estavam presentes no  
16 plenário.

17                   As razões que motivaram a convocação desta audiência foram explicadas pelo vereador  
18 Washington Bortolossi, que também é o presidente da Comissão de Economia e Finanças. Após o início  
19 da reunião, o vereador Washington Bortolossi convidou a Secretária Municipal de Finanças, a Senhora  
20 Katia Cecilia Baptistella, para fazer o uso da palavra e expor as suas explicações acerca do tema.

21                   Ao iniciar suas considerações, a gestora da pasta destacou os seguintes dados contábeis  
22 referentes ao primeiro quadrimestre do ano de dois mil e vinte e quatro: as receitas arrecadadas totalizaram  
23 R\$ 299.177.241,80 (leia-se: duzentos e noventa e nove milhões e cento e setenta e sete mil e duzentos e  
24 quarenta e um reais e oitenta centavos); as despesas empenhadas totalizaram R\$ 425.553.102,18 (leia-se:  
25 quatrocentos e vinte e cinco milhões e quinhentos e cinquenta e três mil e cento e dois reais e dezoito  
26 centavos); o resultado primário totalizou R\$ 40.601.332,35 (leia-se: quarenta milhões e sessentos e um mil  
27 e trezentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos); o resultado nominal totalizou R\$ 22.992.653,33  
28 (leia-se: vinte e dois milhões e novecentos e noventa e dois mil e seiscentos e cinquenta e três reais e trinta  
29 e três centavos); o saldo da conta denominada “restos a pagar” totalizou R\$ 17.379.722,25 (leia-se:  
30 dezessete milhões e trezentos e setenta e nove mil e setecentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos);  
31 a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal totalizou R\$ 307.703.817,98 (leia-se: trezentos e sete  
32 milhões e setecentos e três mil e oitocentos e dezessete reais e noventa e oito centavos). Esse valor não  
33 superou o percentual máximo permitido de 54%, que está previsto na alínea “b” do inciso III do artigo 20  
34 da LRF, porque ele representa apenas 45,24% da Receita Corrente Líquida municipal; e, por último, a  
35 despesa com pessoal do Poder Legislativo municipal totalizou R\$ 11.840.357,01 (leia-se: onze milhões e  
36 oitocentos e quarenta mil e trezentos e cinquenta e sete reais e um centavo). Esse valor não superou o  
37 percentual máximo permitido de 6%, que está previsto na alínea “a” do inciso III do artigo 20 da LRF,  
38 porque ele representa apenas 1,74% da Receita Corrente Líquida municipal.

39                   Quanto aos recursos aplicados na Saúde, 19,73% do montante da receita municipal superou  
40 o percentual mínimo obrigatório de 15%, que está previsto no artigo 7º da Lei Complementar Federal nº  
41 141, de 13 de janeiro de 2012. Isso significa que 34,73% do montante da receita municipal, ou seja, R\$  
42 68.629.543,08 foi destinado à área.

43                   Na educação, 33,57% do montante da receita municipal, isto é, R\$ 66.337.900,07 foi  
44 destinado à área, superando em 8,57% o percentual mínimo obrigatório de 25%, que está previsto no artigo  
45 212 da Constituição Federal. No tocante à receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da  
46 Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), 82,93% foram destinados  
47 ao pessoal do magistério, enquanto as demais despesas consumiram 15,94%. Esses percentuais  
48 respeitaram, respectivamente, o percentual mínimo obrigatório de 70% (artigo 26) e o percentual máximo  
49 permitido de 30% (artigo 26-A), que estão previstos na Lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

50                   Após o término da divulgação dos dados contábeis pela gestora da Secretaria de Finanças  
51 do município de Itatiba (SP), a vereadora Luciana Bernardo da Silva fez as seguintes indagações: para quais  
52 finalidades a Prefeitura destinou os empréstimos que totalizam R\$ 140 milhões? As obras nas escolas estão  
53 sendo custeadas com o dinheiro do FUNDEB? Por conseguinte, a Secretária declarou que o atual Prefeito

54 contraiu um empréstimo de R\$ 90 milhões e outro de R\$ 50 milhões. Inicialmente, o prazo para o  
55 pagamento do empréstimo de R\$ 90 milhões era de 24 meses. Porém, posteriormente, esse prazo foi  
56 prorrogado. Até o presente momento, iniciou-se apenas o processo licitatório, que é necessário para a  
57 concretização da operação de crédito de R\$ 50 milhões. O empréstimo de R\$ 90 milhões foi aplicado em  
58 mais de 57 obras. O FUNDEB não foi utilizado para investimento, ampliação ou novas construções.

59 Em suma, no primeiro quadrimestre do ano de dois mil e vinte e quatro, 68,30% do  
60 orçamento municipal foi destinado apenas às áreas da Saúde e Educação.

61 Por último, iniciou-se a participação dos espectadores. O Presidente do Partido dos  
62 Trabalhadores de Itatiba (SP), o Professor Valter Luiz Lara, manifestou interesse sobre as fontes das  
63 receitas da Prefeitura. Por conseguinte, a Secretária declarou que 65% das receitas arrecadas são recursos  
64 públicos próprios (taxas, contribuições, IPTU<sup>1</sup>, ITBI<sup>2</sup>, ISS<sup>3</sup> e IPPU<sup>4</sup>; transferências estaduais: parte do  
65 ICMS<sup>5</sup>, parte do IPVA<sup>6</sup> e parte do IPI exportação<sup>7</sup>; transferências federais: IRRF<sup>8</sup>, parte do FPM<sup>9</sup>, parte da  
66 CIDE<sup>10</sup> e parte do ITR<sup>11</sup>) e 35% são recursos públicos vinculados<sup>12</sup>, ou seja, possuem destino certo. A  
67 velocidade de crescimento das despesas é muito maior do que a das receitas.

68 O advogado Marcelo da Costa Maciel Lopes afirmou que, devido às limitações físicas e  
69 psicológicas, os alunos autistas têm direito ao Auxiliar de Classe para o melhor desempenho escolar. Por  
70 essa razão, o Doutor gostaria de saber os motivos pelos quais esse corpo discente específico de Itatiba (SP)  
71 ainda não consegue usufruir desse atendimento especializado prestado pelo profissional supracitado. Por  
72 conseguinte, a Secretária alegou não poder responder à indagação por ser a responsável apenas pela área  
73 das finanças municipais. Contudo, a Senhora Katia explicou que a Secretária Municipal da Educação é a  
74 única autoridade municipal capaz de respondê-lo. Por fim, o munícipe manifestou grande preocupação  
75 com os alertas mensais emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

76 Não havendo mais nenhum questionamento a esta audiência pública por parte dos  
77 vereadores presentes e nem manifestações de qualquer cidadão presente, o senhor Presidente Washington  
78 Bortolossi agradeceu a todos e a declarou encerrada, determinando a lavratura desta Ata, que eu, Roque  
79 Souza Silva Filho, Técnico em Transcrição, redigi.

---

<sup>1</sup> Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU);

<sup>2</sup> Imposto sobre Transmissão Inter-Vivos (ITBI);

<sup>3</sup> Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

<sup>4</sup> Imposto sobre Propriedade Predial Urbana (IPPU);

<sup>5</sup> Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS);

<sup>6</sup> Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA);

<sup>7</sup> Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPI exportação);

<sup>8</sup> Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);

<sup>9</sup> Fundo de Participação dos Municípios (FPM);

<sup>10</sup> Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE);

<sup>11</sup> Imposto Territorial Rural (ITR); e

<sup>12</sup> As fontes são o Governo Federal e o Estadual.